

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST

ANAIS. EST. EDU. BR/CONGRESSO



DISPOSITIVOS, DESEJOS E A ESFERA PURA

Dispositive, desires and pure sphere,

Ana Carolina Jungblut¹

Resumo

Para os gregos, diferentemente do ato cidadão de exercer política, *oikonomia* (economia) referia-se a administração da casa, do ser humano enquanto classe hierárquica e meramente biológica. No período medieval *oikonomia* também refere-se a administração da vida, porém, com livre-arbítrio e orientada pelo plano divino. Giorgio Agamben verifica que na modernidade secular, em vez de Deus, o estado (poder soberano ou mercado) articula esta *oikonomia* e passa a governar o mundo ao lado do livre arbítrio das pessoas, seus desejos e emoções. Assim, além da perda da ação na esfera política, a vida humana é governada pelas instituições/mercado a partir da *oikonomia* que pode ser entendida como dispositivo, ou seja, práticas, técnicas, saberes que regulam o modo pelo qual as coisas chegam ao sujeito, controlando subjetividades e orientando pensamentos, desejos e emoções. Neste trabalho queremos perceber o fenômeno além das subjetivações criadas, ou seja, os excessos de dispositivos midiáticos criadores da esfera pura e do retardamento dos desejos que geram um novo ser humano dessubjetivado e espectral..

Palavras-chave: Oikonomia (dispositivo). Subjetivação. Mídia.

Abstract

For the Greeks, unlike the citizen to exercise political act, *oikonomia* (economy) referring to household management, while the human hierarchical class and be merely biological. In the medieval period *oikonomia* also refers to the administration of life, but with free will and guided by divine plan. Giorgio Agamben notes that in secular modernity, instead of God, the state (sovereign or market power) articulates this *oikonomia* and begins to rule the world next to the free will of the people, their desires and emotions to. Thus, besides the loss of action in the political sphere, human life is ruled by institutions / market from *oikonomia* which can be understood as a device, ie, practices, techniques, knowledge that regulate the way in which things arrive to the subject controlling subjectivities and guiding thoughts, desires and emotions. In this work we want to realize the phenomenon of subjectivity addition created, ie, the excess of breeders of pure ball and slowing the desires that create a new human being and spectral dessubjetivado media devices.

Keywords: Oikonomia (dispositive. Subjectivity. Media..

¹ Doutoranda pela EST, São Leopoldo, RS, bolsista CNPq. E-mail: anablut@hotmail.com Orientador: Enio Ronald Mueller.

Considerações Iniciais

A análise dos dispositivos modernos e atuais do nosso modo de governo capitalista, podem ser compreendidos através do termo *oikonomia*. Este termo que Giorgio Agamben² buscou uma genealogia, foi, não só para compreensão dos dispositivos aos quais Foucault já havia relacionado com os mecanismos de poder que criam subjetividades de acordo com um governo estratégico, mas também foi um termo que consagrou as pesquisas de Agamben ao perceber que *oikonomia* é um conceito chave para compreensão das heranças recebida pela teologia no que concerne ao governo de Deus, que posteriormente derivaram a questão da soberania e da biopolítica moderna. Assim, o enfoque de Agamben já se diferencia de *“Foucault: enquanto este privilegia as fraturas e as discontinuidades no seu reconhecimento genealógico dos dispositivos de saber/poder e, portanto de subjetivação,”*³ *“Agamben consiste em evidenciar a subterrânea continuidade da tradição metafísica e da metafísica da política ocidental.”*⁴

Que as possíveis consequências de um modelo *oikonomico* estejam na fratura que separa ser e ação (ontologia e práxis, ser e o meio em que vive) ela se demonstra também na subjetividade criada a partir dos dispositivos de poder, que hoje através da ilimitada proliferação de dispositivos no capitalismo, tenhamos uma dessubjetivação ao lado de uma esfera midiática que se utiliza de dispositivos que capturam desejos através de uma esfera pura. Veremos inicialmente o que é *oikonomia* no pensamento de Aristóteles, o que representou nos primeiros séculos da Igreja cristã e o que deixou de herança para modernidade e sua função de dispositivo.

Economia ou oikonomia

A dona de casa e o administrador sabem que para darem ordem, facilidade, nas coisas práticas do seu dia a dia e sua função, precisam de uma certa “organização” para assim serem econômicos. Se me organizo, “tenho gestão” sou econômica, lembra o que

² Assunto que trataremos referente aos livros: AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. AGAMBEN, Giorgio. O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II,2. São Paulo: Boitempo Editorial, , 2011. AGAMBEN, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

³ MAECHESONI, Stefano. Como devolver a política à sua dimensão ontológica? Para uma leitura de Homo Sacer, de Giorgio Agamben. UFSC-Subsídios de estudo. Tradução de Selvino Assmann, p.01.

⁴ MAECHESONI, -, p.01.

ensinaram muitos avós aos seus netos, aquilo de colocar tudo no seu lugar de um jeitinho só seu, prever, poupar, dividir, trabalhar e aproveitar o que for possível sem jogar fora.

Esta noção de organização, ou melhor, gestão, como significante de economia parece similar a noção desenvolvida em Aristóteles. No sentido que *oikonomia* se referia a “organização da casa”. No entanto, a “casa” de Aristóteles, claro que difere muito do modelo estrutural moderno-industrial que temos em gestão de família, com supermercado, bens de consumo, casamento e escola, era uma noção estruturalmente mais ampla e poderíamos dizer, rural. Ligada a natureza das coisas, economia referia-se a três tipos: aos instrumentos do trabalho (escravos, propriedade e utensílios), ao casamento e aos filhos. Assim, na arte de gerir, a economia doméstica, segundo Aristóteles está ligada a riqueza natural:

[...] é a natureza, principalmente, que deve fornecer os primeiros bens; que a ela compete dar o alimento ao ser que fez nascer. Todo o ser recebe de sua mãe a vida, e, como complemento necessário, a alimentação; aí está por que a riqueza que provém dos frutos da terra, ou do aproveitamento dos animais, é para todos os seres uma riqueza conforme com a natureza.⁵

Faz parte da economia aquela que se adapta à natureza, que traz benefícios em comum e auxilia assim ao aumento de riqueza. Entretanto, diz Aristóteles, muitos confundem-na com a arte de acumular fortuna, mas no entanto, a ciência de adquirir riquezas não é a mesma que a arte da economia. A riqueza natural da economia, surge através da satisfação das exigências de vida e a alegria que traz consigo. Evidente que haja uma conquista natural do aumento de meios e instrumentos para administração, entretanto ela dispõe de meios finitos de número e grandeza. Já a ciência para enriquecer, o comércio, gera uma acumulação infinita e contrária a natureza⁶. O comércio surge com a invenção da moeda⁷ e mesmo advindo do sistema de trocas⁸, ele se constitui uma ciência bem distinta.

⁵ ARISTÓTELES. *A Política*. Ed. Especial – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2011, p. 37.

⁶ Diante destas duas modalidades da riqueza, Aristóteles afirma que a que tem por objeto a economia, é louvável e necessária, já a que tem o comércio por objeto, é censurada pois não está de acordo com a natureza com os benefícios das trocas comuns, mas repugnante usura neste caso é vista porque é procurado uma riqueza através do próprio dinheiro, sem um fim estabelecido para que foi criada: “*O lucro é dinheiro do dinheiro: e esta é, de todas as aquisições, a mais contrária à natureza.*” ARISTÓTELES, 2011, p.38.

⁷ “*À medida que as relações de socorro mútuo se desenvolviam pela importação das coisas que faltavam e pela exportação das que sobravam, o uso da moeda deveria naturalmente se introduzir, porque os objetos dos quais precisamos por natureza nem sempre são de fácil transporte.*” ARISTÓTELES, 2011, p.34.

⁸ Vejamos que Aristóteles relata que a economia era natural porque dava-se através das permutas que aconteciam de acordo com a exata necessidade de cada indivíduo, de certo que o comércio era quase inútil inicialmente, pois a família se bastava e dividiam as coisas entre si e com outras famílias, e a necessidade só se

Ressaltando que a economia não é a arte de adquirir riquezas, pois esta difere da aquisição natural ao adquirir de modo ilimitado, Aristóteles mostra que os objetivos humanos visam o gozo (prazer), a economia visa a *posse (o uso)* e a ciência de adquirir (o comércio) visa o *aumento dos objetos possuídos*. Entretanto, o uso envolve um todo ordenado, como lembra Agamben, em Xenofonte⁹ por exemplo, a economia gerencial não representa somente a necessidade e o uso dos objetos, mas a organização destes, o modo funcional, as regras das quais ocorre o funcionamento ordenado das coisas.

Agamben esclarece que em Aristóteles, a economia é uma atividade vinculada a um sistema de normas, mas não constitui uma ciência epistêmica, pois, por exemplo, chefe de família não denota uma ciência, mas um modo de ser. Está ligado a alguma prática ou a um modo de gerir pela prática (um modo de agir, que por mais contrário ao que aparentemente possa parecer a quem está de fora da situação, funciona a longo prazo) que visando a ordem funcional implica decisões e disposições que só podem ser julgados dentro do contexto das finalidades buscadas. Justamente por ter problemas específicos e modos específicos de gerenciamento ou controle é que a economia se distingue da política. Ao mesmo tempo que a casa é uma unidade e a política é algo múltiplo. Agamben verifica em um tratado pseudo-aristotélico a distinção feita entre economia da política *“assim como a casa (oikia) se distingue da cidade (polis). A diferença é confirmada na Política, em que o político e o rei, que pertencem à esfera da polis, aparecem qualitativamente contrapostos ao oikonomos e ao despotes, que se referem à esfera da casa e da família.”*¹⁰

Oikonomia na Teologia

Em longa análise textual, a palavra *oikonomia* é buscada por Agamben nas mais diversas esferas semânticas dadas, e isso fez com que compreendesse como se tornou um conceito chave para os teólogos dos séculos II até V, entre eles, Hipólito, Tertuliano e

deu quando as cidades ficaram mais numerosas, quando trocava-se artigos, por exemplo vinho pelo trigo. Este tipo de troca inicial visava a satisfação da vontade natural, não caracteriza arte de enriquecer pois não regia de acordo com uma produção, apenas trocava o que excedia. Por isso finito no crescimento das riquezas. Mas é através deste meio de trocas e do dinheiro que originou-se a ciência de acumular fortunas: *“O comércio retalhista, [...] quando melhor se conheceu onde se deveria ir buscar os objetos de troca e o que se precisava para ter um lucro maior. Aí está porque a ciência de enriquecer passou a ter por objeto o dinheiro cunhado, sendo o seu principal objetivo ensinar os meios de adquiri-lo em grande quantidade; é, com efeito, esta ciência, que produz a abastança e as grandes fortunas.”* ARISTÓTELES, 2011, p.35

⁹ Agamben refere-se a obra *Econômico* de Xenofonte.

¹⁰ AGAMBEN, 2011, p. 31.

Irineu¹¹, no tocante ao delineamento das questões do dogma da trindade e do governo divino. A importância que este termo obteve se demonstra na amplitude que proporcionou sua interpretação nas passagens bíblicas, ligando-se a noção de uma *economia divina*, um *governo de Deus* no mundo. Mesmo que a noção de *oikonomia* estenda-se as tarefas divinas, seja através da economia de Jesus (da encarnação) ou da providência, isso denotará que ainda, o sentido econômico- doméstico/prático permanece. Ou seja, quando economia é transposta para o âmbito teológico na época cristã, não ocorre uma inversão de sentido, mas sim uma extensão analógica de sua denotação que ainda continua a ser uma atividade, um encargo, uma gerencia, voltada para um fim.

Quando Agamben busca as passagens bíblicas, acredita ser possível afirmar que economia não venha identificar-se com um sentido teológico como adquiriu nas interpretações de teólogos no interior da Igreja. Apesar de que em Paulo, considerado introdutor e inspirador de outras passagens do uso do termo *oikonomia*, há a observação de um léxico econômico e não político quando se refere as atividades encarregadas por Deus. O léxico se estende da economia de Deus, também usa termos de administração doméstica para si mesmo e para os membros da comunidade como: escravo, criado, administrador. Cristo designado como o dono da *oikos* (*dominus*) e não por termos políticos (*archon*).

Agamben percebe que “os cristãos são, nesse sentido, os primeiros homens integralmente “econômicos”¹². Entretanto, o léxico econômico não seria um invento paulino, mas trata-se do vocabulário político que sofreu modificações desde o período helenístico, e no período imperial, momento em que *oiko* e *polis* não precisaram se opor, pois o político e o econômico misturam-se (por exemplo a noção de *oikia* interpretada como uma *polis* reduzida, ou *polis* como uma grande casa, ou política como uma economia comum).

Agamben desfaz as comuns opiniões de que Paulo tenha dado ao termo *oikonomia* um sentido teológico. Segundo Agamben, a economia paulina, pode ser entendida simplesmente como uma disposição da matéria ou uma atividade ordenada a um fim, “Paulo recebeu o **encargo** de anunciar a boa nova da vinda do messias, e esse anúncio cumpre a

¹¹ Não poderemos, pela falta de espaço, descrever sobre os padres da época e nem sobre a modificação conceitual de economia que cada um deles realizou.

¹² AGAMBEN, 2011, p. 38.

*palavra de Deus, cuja promessa de salvação havia ficado oculta e agora é revelada.*¹³ Ou, “Deus confiou ao messias a *oikonomia* da plenitude dos tempos, levando a cumprimento a promessa de redenção”.¹⁴ Entretanto, a economia de Deus, segundo a interpretação dos teólogos, passa a se equivaler cada vez mais a um *governo divino*, regido pela vontade divina e a um plano divino de salvação. Do mesmo modo, economia se colocaria ao lado do mistério de Deus.

Agamben atenta para o fato de que, em relação ao mistério, economia representava ser o *encargo* de divulgar o mistério da redenção que estava oculto¹⁵. Entretanto, nesta nova interpretação, economia realiza o mistério anunciado no Antigo Testamento, fica ao lado do mistério, e também como inverte sua noção. Se havia economia do mistério, agora é mistério da economia. Ou seja, se antes a economia viria a ser uma atividade para revelar o mistério de Deus, agora na inversão, a própria economia é mistério, pois seu plano do governo, obviamente seria misterioso. Entretanto, em Paulo, a economia era a atividade desenvolvida para revelar o mistério ou realizar o mistério da vontade ou da palavra de Deus (Cl 1, 24-25; Ef 3,9), *agora é essa mesma atividade, personificada na figura do filho-verbo, que se torna mistério. [...] Não há uma economia do mistério, ou seja, uma atividade voltada para cumprir e revelar o mistério divino, mas misteriosa é a própria “pragmateia”, a própria práxis divina.*¹⁶

O termo economia torna-se decisivo pois trata-se de um tempo que temos o fim do mundo antigo, no qual são questionadas a concepção do divino e suas relações com o mundo/história/pessoas. Quando observamos economia como práticas encarregadas por Deus (não ontológicas nem epistêmicas) o que vemos são aspectos de uma gestão econômica da vida divina, e sua manifestação terra. Mas como ocorreria a práxis divina sem perder a unidade e transcendência de Deus? Um passo foi transformar essa economia em mistério, outro passo, foi a tentativa de remover o termo *oikonomia* do contexto gnóstico, para o contexto do paradigma trinitário, para ser liberada das múltiplas figuras divinas. Trata-se de uma defesa monoteísta e monarquista, homogênea. Isso porque procura acabar

¹³ AGAMBEN, 2011, p. 36, *grifo nosso*. Por exemplo, o anúncio da boa-nova (1Cor 9,16-17) é dado por uma *oikonomia*, ou seja, uma missão, por isso não fez livremente ou por vaidade, mas como “administrador encarregado”. Também vemos 1Tm 1,3-4 ou Cl 1,24.

¹⁴ AGAMBEN, 2011, p. 37 referente a Ef 1,9-10.

¹⁵ 1 Cor 4,1; “Paulo está falando da eleição e da redenção decididas por Deus segundo sua benevolência (*eudokia*); coerente com esse contexto, pode escrever que Deus confiou ao messias a *oikonomia* da plenitude dos tempos, levando a cumprimento a promessa de redenção.” AGAMBEN, 2011, p. 37.

¹⁶ AGAMBEN, 2011, p. 52.

com o politeísmo, a poliarquia/anarquia que são reflexos de uma política heterogênea. Neste sentido, a distinção entre Pai e o verbo, e filho, corria o risco de uma volta ao politeísmo. Assim, *oikonomia*, serve para a articulação do problema da trindade com a unidade divina. Deus confiou ao messias a economia da salvação (do mistério), o Espírito santo como um intérprete da economia, ou seja, assim, um Deus transcendente encarregasse do governo do mundo no agir através de uma prática imanente. A *oikonomia* possibilita uma conciliação de Deus ser ao mesmo tempo uno e trino.

Deus, quanto ao seu ser e à substância, é, certamente, uno; mas quanto à sua *oikonomia*, isto é, modo em que administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao contrário, tríplice. Como um bom pai pode confiar ao filho o desenvolvimento de certas funções e de certas tarefas, sem por isso perder seu poder e a sua unidade, assim Deus confia a Cristo a 'economia', a administração e o governo da história dos homens.¹⁷

A teologia cristã não é mitológica, nem teogônica, para nos fazer compreender a ontologia do deus netuno, por exemplo. mas caracteriza-se como econômica. A questão central é a articulação e administração da vida divina e governo das criaturas. Tudo parece ser bem administrado e nada aconteceria sem razão. Nesse sentido, *oikonomia* não é só a administração da casa, mas da própria alma e do universo inteiro. Neste sentido temos a articulação da vontade de Deus e da liberdade dos indivíduos. *“A história cristã afirma-se contra o destino pagão como práxis livre; e, no entanto, tal liberdade, na medida em que corresponde e realiza um desígnio divino, é ela própria um mistério”*¹⁸

Esta *práxis* livre pode ser vista em Clemente de Alexandria, no qual, a ideia de providencia divina ganha caráter pessoal e voluntário, ou seja, Deus beneficia não por necessidade, beneficia por escolha livre que tivermos. Assim, a economia da salvação, com sua raiz na eternidade, faz sua ação histórica na economia temporal da salvação. Desta forma, a misteriosa *práxis* divina empreendida para a salvação do gênero humano viria a conciliar a ideia gnóstica e epicurista de um deus ocioso, um deus estranho, alheio ao mundo, e a ideia estoica de um demiurgo ativo que comprova o mundo.

Economia, ontologia e dispositivos modernos

Como observado, em termos de uma economia

¹⁷ AGAMBEN, 2009, p.36.

¹⁸ AGAMBEN, 2011, p.60.

- 1- O governo de Deus não traz ao entendimento quem é Deus ou o que é o mistério, representa apenas sua atividade-gestão (por intermédio da trindade). (Não traria por exemplo, como na mitologia grega, uma ontologia parecida com ao deus netuno, apenas trataria de guiar na prática o que deve ser feito para obter a salvação)
- 2- Ao mesmo tempo, o ser de Deus não é deduzível no seu exercício.
- 3- Misterioso governo, operado a partir da livre decisão do governo do mundo, com o desígnio de salvação no esquema providencial da história.
- 4- Regido pelo livre-arbítrio dos indivíduos que, dependendo do agir, será beneficiado ou maleficiado.

O termo economia foi um encaixe interpretativo que garantiu consistência a doutrina da trindade. *“O ser divino não é dividido porque a triplicidade de que falam os padres se situa no plano da oikonomia, e não naquela da ontologia.”*¹⁹ Para fazer vencer a noção do uno no mundo, os padres acabaram por dividir Deus e sua ação. Segundo Agamben, separar a ontologia de Deus também iria fazer com que, tempo depois, se separasse a economia da teologia, a atitude salvífica do mundo e a natureza de Deus, ontologia e práxis, uma esquizofrenia entre ser e agir:

Mas, como frequentemente acontece, a fratura que os teólogos procuraram deste modo evitar e remover em Deus sob o plano do ser reaparece na forma de uma cesura que separa em Deus ser e ação, ontologia e práxis. A ação (a economia, mas também a política) não tem nenhum fundamento no ser: esta é a esquizofrenia que a doutrina teológica da *oikonomia* deixa como herança à cultura ocidental.²⁰

Poderíamos pensar, através de um modo banal de interpretação, em termos de ética dos mandamentos, no qual sempre ouvimos: deve ser assim por que Deus quer ou deve ser assim porque a razão universal quer, no fundo, apesar de, quando secularizados, poder ter se perdido um controle que garantisse mais profundidade as ações humanas²¹, a ética moderna e de Deus chocam-se no limite da divisão entre ontologia e práxis. *“Ética em sentido moderno, com seu séquito de aporias insolúveis, nasce, nesse sentido, da fratura entre ser e práxis que se produz no final do mundo antigo e encontra na teologia cristã seu*

¹⁹ AGAMBEN, 2011, p.67.

²⁰ AGAMBEN, 2009, p.37

²¹ Filme “jornada” tenta relatar um pouco sobre esta questão.

lugar eminente.”²² A luta individual corresponde a um conflito “*entre um ser em si incapaz de ação e uma ação sem ser – e entre os dois, como aposta, a ideia de liberdade.*”²³ Toda esta compreensão continua articulada na secularização, e leva a compreensão do Estado.

- 1- Lógica da soberania- governo político providencial, governo no mundo é diferente do seu ser, rege a partir de Leis.
- 2- A soberania no seu exercício exerce controle sobre a economia dos homens, (sua vida privada, seu corpo - biopolítica)
- 3- Misterioso governo, a partir da livre decisão do governo do mundo.
- 4- Baseia-se em torno da tensão entre a atuação do governante e a vontade livre/liberdade dos indivíduos.

Todo dispositivo econômico-providencial herança a política moderna do qual derivam a teoria moderna da soberania e a biopolítica.

[...] **a teologia política**, que fundamentam no único Deus a transcendência do poder soberano, e **a teologia econômica**, que substitui aquela ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana. **Do primeiro** paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; **do segundo**, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social.²⁴

Segundo Agamben, quando Foucault trabalha sobre o que chama governabilidade, ou governo dos homens, detecta um termo chave em seu pensamento: os dispositivos. Estes seriam um conjunto de saberes, práticas, medidas, cujo objetivo é regular, conduzir, controlar e direcionar em um sentido, que se julga útil, as condutas e os pensamentos dos homens.

O termo dispositivo, que vem do latim dos padres, *dispositio* é o termo que se traduz em grego para *Oikonomia*, que também pode ser entendida como disposição. Os dispositivos de que fala Foucault estão estritamente vinculados com este legado teológico e se colocamos eles mediante a separação herdada entre Deus ser e práxis, ou, na realização de uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser, veremos que a função primeira de um dispositivo seria conduzir a um processo de subjetivação, isto é, através de

²² AGAMBEN, 2011, p.68.

²³ AGAMBEN, 2011, p.73.

²⁴ AGAMBEN, 2011, p.13.

um aparato governamental ou institucional que visa produzir o seu sujeito. Como diria Foucault:

[...] um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito quanto o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é uma rede que se estabelece entre esses elementos. [...] Disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orienta-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou par fixá-las e utilizá-las. [...] ²⁵

Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, “os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento”.

Envolvendo sempre um esquema de poder e saber, cria-se uma “rede” que se estabelece, similar aos universais, como estado, soberania, lei, poder, mas assim, os dispositivos são como saberes universais, e não somente uma tecnologia nem uma abstração, mas uma rede.

Dispositivos, desejo e a esfera pura

Para Agamben a subjetividade se constitui na relação entre o ser vivente (ser, substância, ontologia) e os dispositivos que procuram governa-nos e guiar-nos para o “bem”. Tantos os dispositivos, criados por padrões de evolução do próprio homem *sapiens*, e a subjetividade, como um processo que sempre acompanhou a criação de personalidades (máscaras) acabam, agora em um capitalismo extremado, cada vez mais acelerando esses processos de subjetivação.

Um indivíduo pode ter múltiplos processos de subjetivação ao mesmo tempo, por exemplo, ser “o navegador na internet, o escritor de contos, o apaixonado por tango, o não-global etc.”²⁶ assim, atualmente tudo conteria uma espécie de dispositivo, que controla nossas disposições para nosso agir e a nossa dificuldade de ter uma noção ontológica clara, dialética, por isso a visão de Agamben é bem generalizada em relação aos dispositivos:

²⁵ Trata-se de uma referência citada por Agamben de uma entrevista com Foucault em 1977. (*Dits et écrits*, v.III, p. 299-300) In: AGAMBEN, 2009, p.28

²⁶ AGAMBEN, 2009, p. 41.

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem [...].²⁷

A produção ilimitada de dispositivos na sociedade levou a um processo de dessubjetivação, ou seja, não chegam a criar um sujeito. Na dessubjetividade não há mais prura negação do eu para afirmação do eu, o sujeito torna-se indiferente, de modo que não surge uma nova subjetividade, fica na forma espectral. Por exemplo o usuário do celular, que inicialmente poderia ter seus gestos e comportamentos remodelados, agora não adquire uma nova subjetividade, mas apenas um número. A televisão, as novelas não formam subjetividades, mas dessubjetividades frustrantes. Estamos em um *“momento em que se encontra diante do corpo social mais dócil e frágil jamais constituído na história da humanidade.”*²⁸

É por um paradoxo apenas aparente que o inócuo cidadão das democracias pós-industriais (o *bloom*, como eficazmente se sugeriu chama-lo), que executa pontualmente tudo o que lhe é dito e deixa que seus gestos cotidianos, como sua saúde, os seus divertimentos, como suas ocupações, a sua alimentação e como seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes, é considerado pelo poder – talvez exatamente por isso – como um terrorista virtual.²⁹

Tudo isso reproduz a cisão que *oikonomia* viria trazer entre ser e ação *“Esta cisão separa o vivente de si mesmo e da relação imediata com o seu ambiente”*³⁰

Haveria dois modelos, aquele que suspenderia a relação imediata com o seu ambiente e suas influências, mas acabaria no tédio. E o outro que gostaria de relacionar-se com o mundo e conhecer a si mesmo enquanto si mesmo, estar de frente para o *Aberto*³¹, e construir seu mundo. Entretanto, os dispositivos povoam o aberto e desta forma capturam os instintos e desejos que estariam por trás da vontade e da constituição ontológica, esta é a esfera pura.

²⁷ AGAMBEN, 2009, p. 40.

²⁸ AGAMBEN, 2009, p. 49.

²⁹ AGAMBEN, 2009, p. 49.

³⁰ AGAMBEN, 2009, p. 43.

³¹

Por meio dos dispositivos, o homem procura fazer em vão girar os comportamentos animais que se separam dele e gozar assim do Aberto como tal, do ente enquanto ente. Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo.³²

Um dispositivo se esconde desejo de felicidade, assim, falando a nível mais de compreensão básica, o consumo rege um desejo de que adquirir traria uma certa felicidade, as instituições como escola que trariam a felicidade de melhorar e direcionar nossos filhos. Entretanto compramos um livro, pensando que iremos mudar nossa vida, conhecer um mundo fantástico, ou melhorar nosso intelecto, entretanto, para muitas pessoas, após a compra, a maioria dos livros fica na estante. Mas vejamos, para onde vai o desejo que foi capturado?

Agamben se direciona a compreensão do capitalismo como uma religião³³, a mais extrema e ritualística que já existiu. Não há dogmas, verdades, fundamentos a seguir. O que há é culto, ação para fazer. Os dispositivos do capitalismo seriam tão eficazes porque não somente se direcionam aos comportamentos primários, mas porque agem sobre as modalidades puras. Puro é algo que foi separado de sua inclusão com uma finalidade. Quando se refere a esfera midiática, na qual a esfera pura parece clarear-se sobre nossa compreensão, diz, por exemplo da propaganda que retira a finalidade da linguagem que é de exprimir algo para não informar nada além de preços, enfim, volta-se para um objetivo que não é comunicar-nos algo. Uma propaganda de uma mulher sorridente o que nos provoca? Um olhar sem expressão de uma manequim cria um modelo de perfeição? Na verdade o dispositivo das manequins captura a finalidade do rosto que é a expressão, para representar somente apatia. Nesta captura de comportamentos, os dispositivos são puros e parecem, na esfera do espetáculo, serem um tipo de pseudo-sagrado. Ou seja, comportamentos que desviaram-se de sua finalidade (profanados, como a ausência da comunicação na

³² AGAMBEN, 2009, p. 44.

³³ Agamben trata deste aspecto em um artigo no livro *Profanações*. Trata de ver as categorias do sagrado e profano não como formas que não se misturam, mas que estão constantemente trocando de lugar para que se construa/destrua as modalidades interiores de ideias e práticas dentro da religião, do direito, enfim, não somente instituições, mas dos nossos comportamentos, que com o tempo, o que fora sacralizado e já não possui mais sentido eficaz devido as mudanças, possa, através da profanação, ser re-inventado e garantir um novo sagrado, uma nova versão para algo que possa ter se direcionado a oprimir. Assim, usa o termo jogo como similar a atitude de profanar. Devemos jogar com o direito, conferir-lhe outras regras às regras que já não funcionam mais. Sagrado e profano são vistos a partir de uma religião capitalista, cultural, na qual o valor de uso se torna chave para compreender que o sagrado é o que fica inalterado, sem o re-uso, a re-invenção através da profanação.

propaganda ou a ausência de expressão da manequim) e depois de profanados foram “sacralizados”. Evitando assim, que se crie e recrie identidades, subjetividades, novas formas não opressoras de instituições e de governos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer*, II,2. São Paulo: Boitempo Editorial, , 2011.

_____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARISTÓTELES. *A Política*. Ed. Especial – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2011.

MAECHESONI, Stefano. *Como devolver a política à sua dimensão ontológica?* Para uma leitura de Homo Sacer, de Giorgio Agamben. UFSC-Subsídios de estudo. Tradução de Selvino Assmann.

Da teologia política à teologia econômica. Entrevista com GIORGIO AGAMBEN. (Entrevista concedida a Gianluca Sacco, publicada em: *Rivista online, Scuola superiore dell'economia e delle finanze*, anno I, n.6/7, Giugno-Luglio 2004, 07 pp. – <http://rivista.ssef.it/site.php?page=stampa&idpagestampa>, acessado em 24/07/2004. Trad. portuguesa de Selvino José Assmann)